

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*

VICTORIO BHERING CABRAL — *Consultor*

MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

## Canto do Cisne

A situação econômica brasileira é extremamente delicada. O acordo de limitação dos reajustes de preços costurado entre o ministro da Fazenda e as lideranças empresariais é bem a prova de como a gestão da economia corre sobre o fio da navalha. Qualquer desliz pode ser fatal. Ou levar à inflação que, em sã consciência, ninguém deseja.

Entretanto, há setores empresariais e figuras do próprio governo que não se importam com as consequências. É pelo menos o que se pode deduzir das insistentes e irresponsáveis pressões para que os cofres do Tesouro e dos bancos oficiais sejam escancarados diante da consumação de obras e projetos no final de mandato.

Os ministros da área econômica têm feito um esforço visível para controlar o caixa do Tesouro, procurando ajustar os novos gastos à disponibilidade das receitas. Não é nada fácil. Anos e anos de frouxa administração nos gastos públicos (em todos os níveis) levaram ao crescente comprometimento do produto da arrecadação de impostos no pagamento de salários da enorme máquina estatal e na cobertura de incentivos fiscais e subsídios vários manejados pelo Poder central.

É compreensível, nesse caso, que reste pouco para investimentos e para aplicação em novas obras. É também compreensível que nenhum governo, ou nenhum ministro, queira concluir a sua gestão sem uma grande realização que lhe marque a presença na administração pública. É um grande erro, no entanto, a suposição de que o governo (qualquer governo) possa fabricar dinheiro sem maiores problemas. O dinheiro que os governos gastam tem uma origem sabida: a soma dos impostos diretos, como o sobre a renda, e indiretos, como o IPI e o ICMS.

Há governos que não se contentam com as limitações do orçamento e apelam para o endividamento (interno e externo) e a emissão de moeda. Nos países desenvolvidos, onde os orçamentos governamentais são peças respeitadas, os limites para o endividamento e a emissão monetária são extremamente rígidos — e cabe ao Legislativo o seu controle, porque os representantes do povo sabem que, se falharem na fiscali-

zação da disciplina orçamentária, serão inevitáveis o aumento de impostos e a inflação. Em ambos os casos, a reeleição estará ameaçada pelo eleitor vigilante.

No Brasil, prevalece a mentalidade sonhadora, mas retrógrada, de que o governo pode contrair e fazer obras impunemente. Os ciclos inflacionários do país — que sucedem períodos de orgia nos gastos — e a falência financeira do Estado já deveriam ter servido de lição para arquivar a mentalidade inconsequente de assalto aos cofres públicos.

A transição do governo Geisel para o governo Figueiredo marcou bem essa disputa entre os gastadores e os defensores da austeridade. O ministro Mário Henrique Simonsen foi minado dentro do governo, e externamente por grandes empresários, por pregar o desaquecimento econômico do início de 1979 até meados do ano seguinte. Foi apeado do poder e substituído por Delfim Netto em agosto de 79, prevalecendo a filosofia dos gastos personificada no ministro Mário Andreazza com a imagem de *tocador de obras*.

A troca não evitou que o país mergulhasse na mais longa recessão de sua história, após o ilusório crescimento de 79/80, e deu início ao galopante processo de deterioração das finanças públicas. Pior do que isso, a média do crescimento do PIB na década ficou desde então em 2,2%, bem aquém da meta de 3% a 5% proposta por Simonsen.

Agora, quando está mais do que claro que o futuro governo (qualquer que seja) terá de cumprir um rigoroso programa de saneamento das finanças públicas no primeiro terço do seu mandato, para afastar de vez o fantasma da hiperinflação e gerar condições à retomada segura dos investimentos, soam fora de tom, ou como canto do cisne, as pressões para arrombar os cofres do Tesouro e dos bancos oficiais. A temeridade pode significar a efêmera realização pessoal de administradores e lucros para os empresários que pilotam projetos mirabolantes. Mas tornará ainda mais árdua a tarefa de botar a casa em ordem — que caberá ao futuro presidente que se vai eleger.